RGe ISSN: 2177-3246

MEDITAÇÃO NA ESCOLA: TENSÕES ENTRE COLONIALIDADE E APROPRIAÇÃO CULTURAL

MEDITATION IN SCHOOL: TENSIONS BETWEEN COLONIALITY AND CULTURAL APPROPRIATION

LA MEDITACIÓN EN LA ESCUELA: TENSIONES ENTRE COLONIALISMO Y APROPIACIÓN CULTURAL

10.56238/revgeov17n6-072

Marina Fazzio Simão
Doutora em Educação
Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
E-mail: marina.fazzio@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5317-6750

Tânia Maria Rechia Schroeder
Doutora em Educação
Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
E-mail: tania.rechia@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3646-3088

RESUMO
A expansão de programas de meditação em contextos escolares tem sido sustentada por um corpus crescente de evidências científicas, cuja produção permanece concentrada no Norte Global e desvinculada das condições socioculturais dos contextos que os recebem. Este artigo analisa como a implementação da atenção plena nas escolas expressa e reproduz a colonialidade do saber, identificando três mecanismos articulados: a hegemonia linguística do termo *mindfulness* e sua resistência à tradução localizada; a secularização como despojamento epistêmico das tradições budistas e hinduístas de origem; e a concentração geográfica e disciplinar da produção científica e sua aplicação universalizante. O estudo fundamenta-se nos resultados de uma tese de doutorado que combinou revisão de literatura, revisão sistemática com 20 estudos selecionados a partir de 288 registros, análise categorial qualitativa e análise interpretativa, orientadas pelo referencial decolonial e pelos conceitos foucaultianos de biopoder e governamentalidade. A revisão sistemática revelou que todos os periódicos do corpus são provenientes do Norte Global, que raça e etnia estão ausentes dos modelos analíticos da maioria dos estudos, e que efeitos adversos não foram registrados em nenhum dos 20 artigos. A análise crítica evidenciou que a atenção plena, ao ser descontextualizada de suas matrizes filosóficas e cooptada pela lógica de mercado, pode operar como tecnologia de governamentalidade, ajustando comportamentos às normas institucionais sem interrogar as condições estruturais que produzem o sofrimento que pretende aliviar. Propõe-se que uma incorporação não colonial da prática nas escolas exige o reconhecimento de epistemologias locais como centrais, a garantia do protagonismo de agentes culturais nos processos de decisão e a adoção da interculturalidade crítica como princípio pedagógico estruturante, e não como recurso decorativo.

Palavras-chave: Decolonialidade. Epistemologia. Escola. Interculturalidade Crítica. Práticas Meditativas.

ABSTRACT
The expansion of meditation programs in school settings has been supported by a growing body of scientific evidence whose production remains concentrated in the Global North and disconnected from the sociocultural conditions of the contexts that receive them. This article analyzes how the implementation of mindfulness in schools expresses and reproduces the coloniality of knowledge, identifying three articulated mechanisms: the linguistic hegemony of the term *mindfulness* and its resistance to localized translation; secularization as the epistemic dispossession of the Buddhist and Hindu traditions of origin; and the geographic and disciplinary concentration of scientific production and its universalizing application. The study is grounded in the findings of a doctoral thesis that combined literature review, systematic review with 20 studies selected from 288 records, qualitative categorical analysis, and interpretive analysis, guided by decolonial frameworks and Foucauldian concepts of biopower and governmentality. The systematic review found that all journals in the corpus originate from the Global North, that race and ethnicity are absent from the analytical models of most studies, and that adverse effects were not recorded in any of the 20 articles. The critical analysis showed that mindfulness, when decontextualized from its philosophical matrices and co-opted by market logic, may function as a technology of governmentality, adjusting behaviors to institutional norms without interrogating the structural conditions that produce the suffering it claims to address. It is argued that a non-colonial incorporation of the practice in schools requires recognizing local epistemologies as central, ensuring the agency of cultural actors in decision-making processes, and adopting critical interculturality as a structuring pedagogical principle rather than a decorative resource.

Keywords: Decoloniality. Epistemology. School. Critical Interculturality. Meditative Practices.

RESUMEN
La expansión de los programas de meditación en entornos escolares ha sido respaldada por un creciente cuerpo de evidencia científica, cuya producción sigue concentrada en el Norte Global y desconectada de las condiciones socioculturales de los contextos que los reciben. Este artículo analiza cómo la implementación de la atención plena en las escuelas expresa y reproduce la colonialidad del conocimiento, identificando tres mecanismos articulados: la hegemonía lingüística del término atención plena y su resistencia a la traducción localizada; la secularización como un despojo epistémico de las tradiciones budistas e hindúes de origen; y la concentración geográfica y disciplinaria de la producción científica y su aplicación universalizadora. El estudio se basa en los resultados de una tesis doctoral que combinó una revisión de la literatura, una revisión sistemática de 20 estudios seleccionados de 288 registros, un análisis cualitativo categórico y un análisis interpretativo, guiados por el marco decolonial y los conceptos foucaultianos de biopoder y gubernamentalidad. La revisión sistemática reveló que todas las revistas del corpus provienen del Norte Global, que la raza y la etnia están ausentes de los modelos analíticos de la mayoría de los estudios, y que no se registraron efectos adversos en ninguno de los 20 artículos. El análisis crítico demostró que la atención plena, descontextualizada de sus matrices filosóficas y cooptada por la lógica del mercado, puede funcionar como una tecnología de gobernanza, ajustando los comportamientos a las normas institucionales sin cuestionar las condiciones estructurales que producen el sufrimiento que pretende aliviar. Se propone que una incorporación no colonial de esta práctica en las escuelas requiere el reconocimiento de las epistemologías locales como centrales, la garantía del protagonismo de los agentes culturales en los procesos de toma de decisiones y la adopción de la interculturalidad crítica como principio pedagógico estructurador, y no como un recurso decorativo.

Palabras clave: Decolonialidad. Epistemología. Escuela. Interculturalidad Crítica. Prácticas Meditativas.

1 INTRODUÇÃO

Programas estruturados de meditação foram incorporados a currículos escolares na Europa, na América do Norte e, progressivamente, no Brasil, apresentados como intervenções capazes de promover regulação emocional, redução do estresse e desenvolvimento de habilidades socioemocionais em crianças (Terzi et al., 2020). A expansão coincide com o crescimento de uma indústria global de bem-estar avaliada em US$ 3,7 trilhões. Só nos Estados Unidos, a atenção plena movimentou mais de US$ 1 bilhão em 2017 (Barría, 2018; Cabrero, 2021). Ciência, mercado e demanda institucional convergem aqui. É exatamente essa convergência que exige exame crítico, não celebração.

A prática que circula sob o nome de *mindfulness* ou atenção plena tem raízes nas tradições filosóficas e espirituais do hinduísmo e do budismo, onde articula dimensões éticas, cosmológicas e de transformação interior que extrapolam qualquer finalidade utilitária. Sua inserção no Ocidente foi, em larga medida, mediada pelo processo colonial britânico na Índia, que criou as condições históricas para a circulação e a subsequente apropriação de elementos da espiritualidade indiana (Simão, 2025). A partir dos anos 1970, com o Programa de Redução do Estresse Baseado em Atenção Plena (MBSR) de Jon Kabat-Zinn, a prática foi reconfigurada em formato secular, despojada de suas dimensões éticas e cosmológicas, e adaptada às demandas de produtividade e bem-estar individualista. Ronald Purser (2019) denominou esse processo *McMindfulness*: a transformação de uma tradição cultural complexa em mercadoria.

Essa trajetória expressa o que os estudos decoloniais descrevem como colonialidade do saber: a imposição do eurocentrismo como perspectiva dominante, com a consequente deslegitimação de saberes tradicionais e locais, a hegemonia do conhecimento produzido em instituições euro-estadunidenses e a marginalização das epistemologias que sustentam as práticas originais (Maldonado-Torres, 2007). A colonialidade, conceito de Aníbal Quijano (2005) expandido por Walter Mignolo (2017), designa as estruturas de poder, conhecimento e cultura que persistem após o fim formal do colonialismo, organizando o mundo em hierarquias raciais, econômicas e epistêmicas. A colonialidade do saber, apresentada por Nelson Maldonado-Torres (2007), é a dimensão específica pela qual o eurocentrismo se impõe como norma epistemológica universal, tornando invisíveis e ilegítimas formas de conhecimento não ocidentais. Aplicada ao campo da atenção plena escolar, ela revela mecanismos que uma leitura exclusivamente pedagógica ou clínica não alcança.

Este artigo parte dos resultados de uma tese de doutorado que investigou a relação entre a introdução da atenção plena no ambiente escolar e a colonialidade, orientada pela pergunta: de que maneira essa introdução pode estar associada à perpetuação de práticas e estruturas coloniais? (Simão, 2025). A pesquisa combinou revisão de literatura, revisão sistemática de literatura (RSL) com 20 estudos selecionados a partir de 288 registros, análise categorial qualitativa e análise interpretativa

fundamentada em referenciais decoloniais e foucaultianos. Os resultados indicam que a atenção plena, ao ser descontextualizada de suas raízes culturais e cooptada pela lógica do mercado, pode operar como tecnologia de governamentalidade, ajustando comportamentos às normas institucionais sem questionar as condições estruturais que produzem o sofrimento que pretende aliviar.

O objetivo deste artigo é analisar como a implementação da atenção plena nas escolas expressa e reproduz a colonialidade do saber por meio de três mecanismos articulados: a hegemonia linguística do termo mindfulness e sua resistência à tradução localizada; a secularização como despojamento epistêmico das tradições de origem; e a concentração geográfica da produção científica no Norte Global e sua aplicação universalizante em contextos socioculturais distintos. A análise não nega os benefícios documentados da prática. Problematiza, isto sim, as condições epistemológicas e políticas em que ela é produzida, disseminada e implementada.

Para leitoras e leitores de distintas disciplinas, dois eixos teóricos estruturam o argumento. A colonialidade do saber, segundo Maldonado-Torres (2007), refere-se à imposição do eurocentrismo como perspectiva dominante na produção do conhecimento, mantendo ativa, nos sistemas educacionais e na pesquisa, uma hierarquia epistêmica herdada da colonização. A interculturalidade crítica, proposta por Walsh (2009; 2012), vai além da coexistência entre culturas e propõe a transformação das estruturas de poder que perpetuam a subalternidade, promovendo condições simétricas para o diálogo entre diferentes cosmovisões e epistemologias. O primeiro conceito nomeia o problema. O segundo orienta a discussão sobre possibilidades de superação.

O artigo está organizado em quatro seções além desta. A primeira descreve o percurso metodológico. A segunda apresenta o marco teórico-conceitual decolonial. A terceira examina os três mecanismos de colonialidade do saber identificados. A quarta discute as implicações e propõe uma agenda de pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo tem natureza teórico-analítica e fundamenta-se nos resultados de uma tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), defendida em 2025 (Simão, 2025). A pesquisa original combinou quatro procedimentos articulados: revisão de literatura, RSL, análise categorial qualitativa e análise interpretativa, orientados pelo referencial decolonial e pelos conceitos foucaultianos de biopoder e governamentalidade.

A RSL constitui o núcleo empírico que sustenta os argumentos da seção analítica. Trata-se de modalidade de pesquisa que segue protocolos explícitos e reproduzíveis, orientados à identificação, análise e síntese criteriosa de evidências sobre um tema específico (Galvão; Pereira, 2014; Sampaio; Mancini, 2017). A coleta ocorreu em setembro de 2023, nas bases ERIC, SciELO, Scopus e Web of

Science, acessadas pelo Portal de Periódicos da CAPES. A estratégia foi construída com o instrumento PICo (P = crianças até 12 anos; I = meditação; Co = escola), com a cadeia de busca: [(child OR children OR childhood OR schoolchild) AND (mindfulness OR meditation) AND school AND education]. Descritores aplicados a título, resumo e palavras-chave; idiomas restringidos a inglês, espanhol e português.

Foram incluídos artigos sobre intervenções de atenção plena para crianças até 12 anos no contexto escolar, disponíveis integralmente, publicados nos idiomas definidos, em periódicos Q1 ou Q2. Foram excluídos estudos fora do recorte etário, com múltiplos públicos sem distinção analítica, em outros idiomas, sem acesso livre, classificados como literatura cinzenta, revisões sistemáticas ou metanálises preexistentes. O gerenciamento de referências e a remoção de duplicatas utilizaram o software EndNote; a triagem de títulos e resumos, a plataforma Rayyan.

O processo de seleção seguiu quatro etapas. Dos 288 registros identificados, 27 foram removidos por duplicidade, resultando em 261 submetidos à triagem por título e resumo. Desse total, 213 foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade; 48 seguiram para leitura integral. Após avaliação completa, 28 foram descartados, resultando em 20 artigos incluídos na análise final. Os estudos foram publicados entre 2014 e 2023, todos em inglês.

A extração de dados contemplou autoria, ano e país de publicação, campo disciplinar do periódico, desenho do estudo, tamanho amostral, duração, presença de grupo controle, risco de viés e registro das variáveis raça e etnia, gênero e classe econômica. Os dados foram submetidos a análise categorial qualitativa, com categorias construídas a partir dos achados, e a análise interpretativa, orientada à exploração de significados contextuais e padrões emergentes (Sampaio; Lycarão, 2021; Cassiani; Caliri; Pelá, 1996).

A articulação entre esses achados empíricos e o referencial decolonial constitui a contribuição analítica original deste artigo: os dados da RSL são mobilizados como evidência empírica para sustentar um argumento teórico sobre os mecanismos pelos quais a colonialidade do saber opera no campo da atenção plena escolar.

Uma limitação central precisa ser nomeada. A restrição a periódicos Q1 e Q2 pode ter excluído produções de menor fator de impacto, mas de maior diversidade geográfica, reforçando involuntariamente a concentração epistêmica que o próprio artigo identifica como problema estrutural do campo. A coleta encerrada em setembro de 2023 não contempla estudos posteriores (Simão, 2025).

3 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL: COLONIALIDADE, SABER E DECOLONIALIDADE

Compreender a relação entre a atenção plena escolar e a colonialidade exige situar com precisão os conceitos que organizam o argumento. Eles não são intercambiáveis.

A colonialidade, formulada por Aníbal Quijano (2005), não designa um resíduo histórico. É uma estrutura contemporânea. A colonização europeia das Américas instaurou um regime de poder fundado na ideia de raça que hierarquizou populações, organizou o trabalho, o conhecimento e a autoridade a partir de critérios raciais e étnicos. Essa estrutura sobreviveu ao fim formal do colonialismo. Ela organiza o mundo hoje em hierarquias raciais, econômicas e epistêmicas que transcendem a ocupação territorial (Quijano, 2005). Três dimensões analíticas a compõem. A colonialidade do poder, de Quijano (2005), refere-se ao sistema global de dominação que perpetua desigualdades pelo controle do trabalho, da autoridade e da subjetividade. A colonialidade do ser, organizada por Maldonado-Torres (2007), descreve o processo de desumanização dos povos colonizados, negando-lhes humanidade plena. A colonialidade do saber, também de Maldonado-Torres (2007), é a dimensão central deste artigo: a imposição do eurocentrismo como norma epistemológica universal, que deslegitima saberes tradicionais, mantém a hegemonia do conhecimento euro-estadunidense e marginaliza epistemologias não conformes. Não é fenômeno histórico encerrado. Ela se mantém ativa nos sistemas educacionais e na pesquisa acadêmica (Maldonado-Torres, 2007).

O conceito de discurso, tal como elaborado por Pinto e Mignolo (2015), é instrumento analítico para compreender como essa dominação opera. Discurso não se restringe à fala ou ao texto: abrange cosmologia, filosofia, ciência, tecnologia, estruturas econômicas e jurídicas. O discurso colonial é o mecanismo pelo qual práticas culturais de povos colonizados são autorizadas, apropriadas e ressignificadas para legitimar hierarquias globais. É exatamente o que ocorre com a atenção plena quando ela é apresentada como prática neutra, universal e científica, apagando suas origens e as relações de poder que organizam sua circulação.

A decolonialidade, resposta crítica a esse cenário, propõe o que Mignolo (2007b) chama de giro decolonial: a abertura do pensamento para formas de vida outras, o desprendimento da retórica da modernidade e do imaginário imperial. Não é negação das categorias europeias; é desmantelamento de suas ligações com o poder colonial, com a proposição de alternativas epistemológicas. A desobediência epistêmica, elemento central desse projeto, desafia narrativas hegemônicas e valoriza epistemologias marginalizadas, abrindo a possibilidade de coexistência de múltiplos saberes sem hierarquias (Mignolo, 2007; Santos, 2007). A complexidade das hierarquias históricas permite orientar ações concretas de reconhecimento e transformação gradual (Simão, 2025).

Catherine Walsh (2009; 2012; 2013) oferece dois instrumentos para pensar essa transformação no plano educacional. A interculturalidade funcional opera como ferramenta do sistema dominante: reconhece a diversidade sem confrontar as estruturas de desigualdade que a produzem, integrando a diferença ao modelo existente para preservar a estabilidade em benefício das elites (Walsh, 2012). A interculturalidade crítica opera diferentemente. Ela demarca espaços de diálogo onde as desigualdades são expostas e confrontadas. Seu objetivo é, nas palavras da própria Walsh (2012), transformar as

estruturas, condições e dispositivos de poder que perpetuam a desigualdade, a racialização, a subalternização e a inferiorização de pessoas, saberes e formas de vida. A pedagogia decolonial, por sua vez, é o conjunto de práticas e metodologias voltadas à decolonialidade do saber, do poder e do ser na educação, reconhecendo o colonialismo como estrutura histórica contínua e propondo currículos que legitimem epistemologias marginalizadas (Walsh, 2013).

A distinção entre interculturalidade funcional e interculturalidade crítica importa diretamente para o que se discute a seguir. A incorporação da atenção plena nas escolas pode operar em qualquer um desses registros: pode reproduzir a lógica funcional, integrando uma prática de origem oriental ao currículo sem questionar as condições de sua apropriação, ou pode constituir abertura genuína para a interculturalidade crítica, desde que acompanhada de revisão das estruturas de poder que organizam a produção e a disseminação do conhecimento sobre meditação. A seção seguinte examina por quais mecanismos concretos a lógica funcional tem predominado.

4 A COLONIALIDADE DO SABER EM OPERAÇÃO: TRÊS MECANISMOS NA ATENÇÃO PLENA ESCOLAR

4.1 HEGEMONIA LINGUÍSTICA: O PODER DE NOMEAR

A substituição do termo "meditação" pelo vocábulo inglês *mindfulness* não é atualização terminológica neutra. Ela ilustra como a colonialidade molda escolhas vocabulares e, por meio delas, reconfigura o estatuto epistemológico da prática (Simão, 2025). Enquanto "meditação" carrega conotações espirituais situadas em tradições específicas, *mindfulness* é promovido como conceito neutro, acessível e universal, alinhado às demandas ocidentais de produtividade. Essa neutralidade é ilusória. A imposição do termo em inglês, sem tradução para as línguas locais dos contextos de implementação, subordina saberes não ocidentais a uma norma cultural euro-estadunidense. É colonialismo linguístico (Simão, 2025).

Bell Hooks (2013) oferece uma perspectiva precisa para entender o problema: a linguagem não deve ser fixa nem impositiva, mas ferramenta sensível, adaptável, capaz de refletir as experiências culturais dos sujeitos. Quando o campo da atenção plena impõe vocabulário anglófono como condição de legitimidade científica, ele inverte essa lógica. As comunidades são forçadas a submeter-se ao vocabulário hegemônico para acessar uma prática que, paradoxalmente, tem origem em suas próprias regiões culturais de influência.

Adotar "atenção plena" em lugar de *mindfulness* foi um posicionamento político explícito na pesquisa que fundamenta este artigo (Simão, 2025). Ao privilegiar o português, ancora-se a prática em um referencial cultural latino-americano. Essa escolha, porém, carrega sua própria tensão: ao substituir o termo budista original por um vocábulo da língua do colonizador ibérico, reproduz-se, em escala diferente, um afastamento das raízes. Renomear, por si só, não desmonta estruturas coloniais. A crítica

linguística precisa traduzir-se em recontextualização efetiva, e não em simples reetiquetar de práticas já normalizadas (Simão, 2025).

4.2 SECULARIZAÇÃO COMO DESPOJAMENTO EPISTÊMICO

A atenção plena, em suas origens hinduístas e budistas, orienta-se à liberação do sofrimento e a uma transformação ética e cosmológica da relação entre mente, corpo e mundo. Esses elementos foram deliberadamente esvaziados no processo de adaptação ao contexto ocidental (Simão, 2025). O MBSR de Kabat-Zinn é o exemplo paradigmático: ao reconfigurar a prática em formato clínico e laico, voltado ao manejo do estresse, criou condições para sua inserção institucional, mas simultaneamente a transformou em ferramenta utilitária desvinculada de suas matrizes filosóficas (Kabat-Zinn, 2021; Purser, 2019). Valores como compaixão, gentileza e interdependência, centrais no budismo, foram diluídos. O que permanece é uma observação técnica do momento presente. O que se perde não é apenas um conjunto de crenças religiosas que o praticante secular poderia dispensar: perde-se uma epistemologia inteira, um modo de compreender a relação entre sujeito, conhecimento e transformação incompatível com as demandas produtivistas da modernidade/colonialidade.

Nos contextos escolares, esse despojamento ganha dimensão adicional. A condensação da prática em programas de oito semanas sintetiza em formato institucionalizado tradições que demandam anos de dedicação e envolvimento filosófico profundo. Tatton (2022), em análise histórica do MBSR, aponta que a escolha do formato de oito semanas por Kabat-Zinn foi influenciada por limitações orçamentárias, revelando que a estrutura dos programas reflete condições práticas de implementação e demandas de mercado, não os pressupostos das práticas originais. Quando esses formatos são transferidos para escolas como metodologias pedagógicas neutras, o discurso colonial opera em plena forma: práticas originárias são descontextualizadas, transformadas em produtos comercializáveis e introduzidas como descobertas científicas universais, desprovidas de história e de relações de poder (Simão, 2025; Pinto; Mignolo, 2015).

No Brasil, a dimensão socioeconômica dessa lógica é concreta. Cursos de atenção plena oferecidos por instituições como a PUC-RS e a Mente Aberta Mindfulness Brasil variam de R$602,88 a R$1.350,00 (Simão, 2025). Esse custo exclui sistematicamente a maior parte da população. Segundo o IBGE (2022), a taxa de pobreza em 2021 atingia 34,5% entre pessoas pretas e 38,4% entre pardas, contra 18,6% entre brancas; os rendimentos médios do trabalho de pretos e pardos representavam menos de 60% dos rendimentos de brancos. Implementar atenção plena escolar sem considerar esse quadro é tratar como universal uma prática concebida e acessível a quem já ocupa posição privilegiada na hierarquia social produzida pela colonialidade.

4.3 CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E UNIVERSALIZAÇÃO ACRÍTICA

O terceiro mecanismo é o mais estrutural. A arquitetura da produção científica sobre atenção plena escolar é, ela mesma, expressão da colonialidade do saber. A RSL de Simão (2025) revelou: todos os periódicos do corpus são provenientes do Norte Global. Alemanha e Reino Unido respondem por 60% dos veículos de publicação; Estados Unidos, 20%; Suíça, 15%; Espanha, 5%. Nenhum periódico latino-americano, africano ou asiático. A afiliação institucional dos autores concentra 25% nos Estados Unidos, seguidos por Austrália, Alemanha, Espanha e Reino Unido. Os periódicos vinculam-se predominantemente às ciências da saúde e à psicologia. Nenhum tem a educação como campo principal.

Essa distribuição significa que os parâmetros de eficácia, os critérios de relevância, as populações de referência e as variáveis consideradas pertinentes são definidos a partir de contextos socioculturais específicos do Norte Global e depois aplicados universalmente. É a operação que Maldonado-Torres (2007) descreve como característica da colonialidade do saber: a universalização abrupta do conhecimento euro-estadunidense que subordina outras formas de conhecimento a uma estrutura global de poder.

O silêncio sobre variáveis socioculturais nos estudos revisados agrava o problema. Raça e etnia estão ausentes dos modelos analíticos em 9 dos 20 estudos e, nos demais, aparecem apenas descritivamente. Classe econômica é mencionada, nunca analisada. Efeitos adversos: ausentes em todos os 20 estudos. Esse silêncio sistemático não é dado metodológico neutro. É a expressão, na prática da pesquisa, de uma colonialidade do saber que naturaliza um sujeito abstrato, sem raça, sem classe e sem história, como destinatário universal das intervenções (Simão, 2025). Programas concebidos para populações específicas do Norte Global são recomendados para implementação em contextos como o brasileiro, radicalmente distintos e sistematicamente ignorados pelo próprio corpus que os fundamenta.

A concentração disciplinar nas ciências da saúde e na psicologia acrescenta uma última camada. A ausência de periódicos educacionais aponta para o que a tese denomina colonialidade epistemológica da educação por perspectivas externas: temas de bem-estar, saúde mental e regulação emocional são reconfigurados a partir de uma lógica clínica e psicologizante, frequentemente desarticulada das abordagens pedagógicas críticas que interrogam as condições estruturais da escola (Simão, 2025). A atenção plena chega às escolas revestida de autoridade científica produzida por um campo que não pergunta sobre as condições políticas, culturais e históricas que organizam o sofrimento que pretende aliviar.

5 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os três mecanismos examinados não operam isoladamente. Formam um sistema: a hegemonia linguística estabelece qual vocabulário confere legitimidade científica; a secularização epistêmica define quais dimensões da tradição são aproveitáveis e quais devem ser descartadas para que a prática se torne palatável às instituições ocidentais; a concentração geográfica da produção determina quais evidências valem para universalizar os programas. Juntos, produzem uma prática que chega às escolas revestida de neutralidade e autoridade, mas com as hierarquias epistêmicas da colonialidade inscritas em sua própria estrutura.

A dimensão de governamentalidade, tal como elaborada por Foucault (1987), aprofunda a leitura desse fenômeno. Cabe registrar, contudo, que Foucault desenvolve suas teorias a partir de um contexto europeu específico e propõe uma universalidade que os estudos decoloniais questionam. Mobilizá-lo dentro de um argumento sobre colonialidade implica reconhecer seus limites e articulá-lo em diálogo com os referenciais latino-americanos de Quijano (2005) e Mignolo (2003; 2008), que situam as dinâmicas de poder e controle na matriz moderna/colonial. Com essa ressalva, os conceitos foucaultianos de biopoder e governamentalidade permanecem instrumentais: ao promover a autorregulação como competência central, a atenção plena escolar molda alunas e alunos para atender às expectativas institucionais de eficiência e docilidade sem questionar as condições estruturais que produzem o sofrimento que pretende aliviar (Foucault, 1987). A colonialidade opera também nessa inversão: retira da prática sua vocação crítica e a reinsere como ferramenta de ajuste funcional.

A articulação entre biopoder e colonialidade do saber evidencia que a meditação escolar, descontextualizada de suas raízes filosóficas, pode reforçar epistemologias hegemônicas que apagam saberes locais e experiências subalternizadas (Mignolo, 2003; Quijano, 2005; Simão, 2025). Reconhecer esse mecanismo não implica negar os benefícios documentados da prática. Os estudos revisados registram melhoras na regulação emocional, na autoconsciência e nas relações interpessoais. Esses resultados existem. Eles não bastam, porém, para justificar a implementação acrítica de programas concebidos em contextos socioculturais radicalmente distintos dos que os recebem.

A tensão entre benefícios documentados e mecanismos coloniais identificados não se resolve por escolha binária entre adotar ou recusar a atenção plena nas escolas. Resolve-se pelo tipo de pergunta que se faz antes da implementação: para quem este programa foi concebido? Em que condições foram produzidas suas evidências? Quais sofrimentos ele é capaz de aliviar e quais permanece incapaz de nomear? Essas perguntas são o ponto de partida para uma abordagem que não reproduza a interculturalidade funcional descrita por Walsh (2012).

A interculturalidade crítica e a pedagogia decolonial (Walsh, 2009; 2012; 2013) indicam uma direção exigente. Integrar práticas meditativas às escolas de modo genuinamente transformador requer que epistemologias locais sejam reconhecidas como centrais, não complementares. O Dadirri dos

povos aborígenes australianos, descrito por Ungunmerr-Baumann et al. (2022) como forma profunda de escuta mútua e contemplação silenciosa ancorada em relações coletivas e ecológicas com o território, exemplifica o que Walsh (2009) denomina saber relacional: um modo de atenção ao presente radicalmente distinto da lógica individualista da atenção plena ocidentalizada. Não se trata de substituir um programa por outro. Trata-se de reconhecer que existem modos de habitar o presente que as tradições não ocidentais desenvolveram com profundidade e que o campo da atenção plena escolar sistematicamente ignora.

Essa proposta carrega suas próprias tensões. Introduzir práticas vinculadas a cosmologias espirituais em sistemas educacionais fundados na laicidade pode produzir conflitos sobre quais espiritualidades são reconhecidas, abrindo espaço para o agravamento do racismo religioso contra tradições de matriz africana e indígena historicamente marginalizadas (Simão, 2025). Regulamentar institucionalmente essas práticas pode levar à sua instrumentalização. Essa contradição estrutural evidencia os limites de um sistema escolar concebido dentro de uma lógica colonial que impõe critérios universalistas para validar formas de conhecimento. Nomear esses limites é parte do trabalho crítico.

Este artigo tem suas próprias limitações que precisam ser reconhecidas. Desenvolve-se a partir de análise teórico-analítica fundada em dados de uma RSL, sem triangulação com dados primários de contextos escolares brasileiros concretos. Isso impede conclusões sobre como os mecanismos identificados operam em práticas cotidianas específicas.

A agenda de pesquisa necessária é exigente. Precisa incluir monitoramento sistemático de efeitos adversos das intervenções de atenção plena em crianças; incorporação de raça, etnia e classe econômica como variáveis analíticas, não apenas descritivas; produção de pesquisas por instituições do Sul Global em periódicos educacionais. Estudos comparativos interculturais que acompanhem a implementação da atenção plena em contextos latino-americanos, africanos e asiáticos são lacuna urgente identificada pela pesquisa que fundamenta este artigo (Simão, 2025). Sem esse conjunto de condições, a produção de conhecimento sobre atenção plena escolar continuará reproduzindo a assimetria epistêmica que estas páginas buscaram evidenciar.

A colonialidade do saber no campo da atenção plena escolar não é problema de intenção. Reside nas condições em que o conhecimento é produzido, validado e disseminado: nas escolhas terminológicas que determinam o que conta como ciência, nas tradições esvaziadas para que uma prática se torne aceitável às instituições, nos contextos ignorados quando uma evidência é generalizada. Para que a atenção plena se realize como prática ética, plural e emancipadora nas escolas, é preciso que a pesquisa e a prática pedagógica se disponham a interrogar as condições de sua própria produção. Esse é o trabalho que ainda está por fazer.

REFERÊNCIAS

BARRÍA, R. Mindfulness: o mercado da felicidade. 2018.

BELL HOOKS. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CABRERO, J. La industria del mindfulness. 2021.

CASSIANI, S. H. D. B.; CALIRI, M. H. L.; PELÁ, N. T. R. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 4, n. 3, p. 75-88, 1996.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KABAT-ZINN, J. Full catastrophe living. Nova York: Bantam Books, 2021.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Eds.). El giro decolonial. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 127-167.

MIGNOLO, W. D. Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 34-54.

MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Eds.). El giro decolonial. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 25-46.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, 2017.

PINTO, J. M. R.; MIGNOLO, W. D. Discurso e colonialidade. 2015.

PURSER, R. McMindfulness: how mindfulness became the new capitalist spirituality. Londres: Repeater Books, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber. Buenos Aires: CLACSO, 1992. p. 107-130.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2005. p. 73-117.

SAMPAIO, R. F.; LYCARÃO, P. H. S. Revisão de literatura e revisão sistemática. 2021.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Revista Brasileira de Fisioterapia, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos Estudos Cebrap, n. 79, p. 71-94, 2007.

SIMÃO, M. F. Estética do silêncio: uma interseção entre meditação, escola e colonialidade. 2025. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – UNIOESTE, Cascavel, 2025.

TATTON, D. Historical analysis of MBSR program structure. 2022.

TERZI, A. M. et al. Mindfulness na escola: uma revisão. 2020.

UNGUNMERR-BAUMANN, M. R. et al. Dadirri: inner deep listening and quiet still awareness. 2022.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial. 2009.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y (de)colonialidad. Quito: Abya-Yala, 2012.

WALSH, C. Pedagogías decoloniales. Quito: Abya-Yala, 2013.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. 2014.